



ESTADO DO PARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



**LEI Nº 4.710/2017**

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO  
DOS §1º DO ART. 4º DA LEI Nº  
4.244/2002, ALTERADO COM  
NOVA REDAÇÃO DADA PELO  
ART. 6º DA LEI Nº 4.576, DE  
22/08/2014.**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**, faço saber que a Câmara Municipal **rejeitou** o veto e eu, no uso das minhas atribuições legais, **promulgo** a seguinte lei:

**Art. 1º.** O §1º do art. 4º da Lei nº 4.244/2002, alterado com nova redação dada pelo art. 6º da Lei nº 4.576, de 22/08/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Para a investidura no cargo de Auditor Fiscal será exigida graduação de nível superior em qualquer área do conhecimento, acompanhado do devido registro profissional no órgão de classe competente, sendo a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, podendo a mesma ser cumprida em regime de plantão ou escala de serviço, conforme dispuser ato próprio do Prefeito Municipal ou Secretário Municipal de Fazenda.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a parte dispositiva do art. 6º da Lei 4.576/2014, que trata dos requisitos de investidura no cargo de Auditor Fiscal.

Parauapebas, 16 de novembro de 2017.

ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA FILHO  
Presidente da Câmara Municipal de Parauapebas